



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JANEKELLY DOS SANTOS SOUSA

A ORALIDADE COMO CONSTRUTORA DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES

CAMPINA GRANDE-PB

2016

JANEKELLY DOS SANTOS SOUSA

A ORALIDADE COMO CONSTRUTORA DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Artigo acadêmico apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em História.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo.

CAMPINA GRANDE-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725o Sousa, Janekelly dos Santos
A oralidade como construtora de memórias e identidades
[manuscrito] / Janekelly dos Santos Sousa. - 2016.
27 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo,
Departamento de História".

1. Oralidade. 2. Memória. 3. Identidade. I. Título.

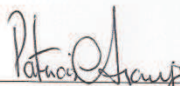
21. ed. CDD 907.2

JANEKELLY DOS SANTOS SOUSA

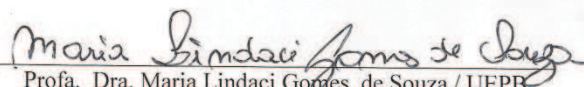
**A ORALIDADE COMO CONSTRUTORA DE MEMÓRIAS E
IDENTIDADES**

Artigo Acadêmico apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Professor de História.

Aprovada em 02/03/2016.



Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB
Orientadora



Prof. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB
Examinadora



Prof. Me. Matusalém Alves Oliveira / UEPB
Examinador

A ORALIDADE COMO CONSTRUTORA DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Janekelly dos Santos Sousa¹
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O presente artigo analisa a construção de memórias e identidades a partir da oralidade. Discute que tanto as memórias quanto as identidades são plurais e que estão em processo de elaboração, sendo construídas e reconstruídas constantemente. A proposta é compreender que as narrativas orais, mesmo sendo fontes históricas, constroem memórias e identidades que não são sólidas/cristalizadas, embora revelem um caráter mutável, o que as diferenciam das fontes escritas. O artigo tem como objetivo geral refletir sobre a oralidade no campo da pesquisa histórica articulada às discussões sobre memórias e identidades. Nesta pesquisa, foram trabalhados conceitos como memória, identidade e oralidade. A partir de autores como Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Reis (2010), foi possível compreender acerca da memória e sua relação com a história. Bauman (2005), Rocha (2012), Hall (2006) e outros contribuíram para a reflexão em torno da pluralidade das identidades. Ricouer (1994), Borges (2005) e Alberti (2005) trouxeram entendimentos voltados à narrativa oral, resultando numa pesquisa de cunho bibliográfico. O artigo em questão problematizará de que maneira é possível discutir a oralidade enquanto construtora de memórias e identidades no campo historiográfico e as contribuições das narrativas orais para pensar os sujeitos e suas identidades.

Palavras-chaves: Oralidade. Memória. Identidade.

1. INTRODUÇÃO

O tema *A oralidade como construtora de memórias e identidades* nos leva a pensar a oralidade e suas contribuições para o campo historiográfico a partir da possibilidade de construção de novas fontes em parceria com as discussões sobre memória e identidade. Assim, propomos discutir as memórias, quer sejam individuais ou coletivas, como construções de narrativas orais, nas quais o sujeito, ao falar de si mesmo ou de acontecimentos sociais, estará construindo memórias em seu discurso, legitimando ou pondo no esquecimento – de forma intencional ou não – fatos e pessoas.

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <jane-kely2011@hotmail.com>.

A narrativa oral, que nos propomos a discutir, também constrói identidades. Percebemos, mediante as discussões pós-estruturalistas no campo da história, que as identidades são plurais e se modificam com o passar do tempo. Isto nos leva a perceber que o discurso de um jovem hoje, por exemplo, assim como seus conceitos e visões de mundo, provavelmente não serão mais os mesmos em sua velhice. A partir de nossas experiências, narramos quem somos e o que queremos, ou seja, temos identidades construídas por nossos discursos e que podem ser modificadas constantemente.

Ao pensar desta forma, chegamos à problemática do artigo: De que modo as fontes orais e os estudos sobre oralidade contribuem para as questões relativas à memória, articulada à identidade?

Para responder a este problema, foram estabelecidos alguns objetivos. O objetivo geral propõe refletir sobre a oralidade no campo da pesquisa histórica articulada às discussões sobre memórias e identidades. Os objetivos específicos são: problematizar as questões relativas à memória e identidade e a relevância destas discussões para os estudos sobre oralidade, bem como discutir sobre a oralidade e o uso das fontes orais no campo da pesquisa histórica e suas contribuições para as reflexões em torno da memória e da identidade.

A escolha deste tema foi motivada pelo apreço às discussões voltadas à memória e à história, que surgiram no início de nossa graduação, quando ingressamos num projeto de pesquisa (PROPESQ 2012/2013) intitulado *Memória nas Margens/Histórias de Velhos*, sob orientação da Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira. Isto suscitou em nós o desejo por leituras voltadas a esta temática. Posteriormente, novas discussões incluindo o conceito de memória foram surgindo ao nosso redor, vindas tanto de docentes quanto de componentes curriculares como *Teoria da História, Memória e Patrimônio*. Decidimos, então, problematizá-lo neste trabalho de conclusão do curso de História.

A partir dos Annales, no século XX, o campo historiográfico expandiu-se. O diálogo com outras áreas do conhecimento científico se tornou possível e a ampliação da noção de fonte histórica passou a ser realidade. Com isto, as memórias também foram reconhecidas como fontes para o trabalho do historiador. É nesta perspectiva de possibilidades que encontramos na oralidade o meio de obtenção de memórias e identidades dos sujeitos. A importância deste trabalho para a Academia está em perceber a oralidade não mais como reflexo das memórias e

identidades, mas como construtora delas. A narrativa pode ser modificada pelo indivíduo, construindo e reconstruindo a memória e a identidade que desejar.

O presente artigo está situado no campo das discussões referentes à Nova História Cultural. Esta dimensão da história, atravessada pela noção de “cultura”, buscou dar voz aos “esquecidos” e encontrou na história oral um dos métodos viáveis de possibilidade para este fim desde a segunda metade do século XX.

Como dar voz aos “esquecidos”, aqueles marginalizados pela história dita positivista do século XIX? Como registrar as suas experiências? E foi nesta busca que o método da história oral começou a ganhar espaço nos meios acadêmicos. A oralidade se tornou o meio de difusão dessas vivências, o canal de conhecimento desses indivíduos que durante séculos estiveram no silêncio da história.

Segundo Barros (2003), a linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam uma noção mais ampla de cultura. Pois, numa perspectiva de História Cultural, ao existir, o indivíduo já está produzindo cultura, ou seja, toda a vida cotidiana está mergulhada inquestionavelmente no mundo da cultura. A própria comunicação é um processo cultural. Sendo assim, quando discutimos oralidade no sentido de construção de memórias e identidades, estamos partindo desta dimensão da história.

Os conceitos abordados ao longo do artigo são: memória, oralidade e identidade. Para tanto, baseamo-nos em autores como Halbwachs (2003), Reis (2010), Pollak (1992), Hall (2006), Bauman (2005), Albuquerque Júnior (2009), entre outros. No que diz respeito à metodologia empregada, dedicamo-nos a uma pesquisa bibliográfica.

Os autores citados acima e seus respectivos trabalhos foram de grande importância para a realização deste estudo. A partir deles, pudemos perceber o que é a memória e como ela pode ser construída e reconstruída pelas necessidades do presente. Tais reflexões trouxeram-nos compreensões acerca da pluralidade das identidades e como elas se encontram ainda em processo de elaboração, além do entendimento sobre o percurso traçado pela oralidade no campo da história, partindo da Antiguidade até os dias atuais.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira, intitulada *Memória e identidade no contexto da história cultural*, discorre sobre a história cultural e como nela podem ser refletidas e abordadas as questões sobre oralidade, memória e

identidade. A segunda, *A oralidade na pesquisa em história*, enfatiza as contribuições da narrativa oral para o campo historiográfico.

2. MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CONTEXTO DA HISTÓRIA CULTURAL

Neste item, iremos inicialmente perceber como as questões sobre oralidade, memória e identidade podem ser abordadas pela História Cultural. Em seguida, discutiremos, com base na bibliografia selecionada, o que se pode entender pelos conceitos de memória e identidade, além de algumas reflexões teóricas sobre estes conceitos.

A História Cultural – campo historiográfico que encontrou nas últimas décadas do século XX mais precisão e evidência – é referência para que se possa discorrer sobre oralidade, memória e identidade. José D' Assunção Barros (2003) menciona esta dimensão da História como a possibilidade de enxergar em diferentes objetos e lugares meios para se escrever e pensar a história. Trata-se de uma dimensão que está para além dos fatos sociais e dos “grandes” nomes, pois enxerga o cotidiano, a linguagem, as práticas culturais como “cultura”, sendo, portanto, plausíveis de estudo.

Este campo da historiografia “enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção” (BARROS, 2003, p. 146). Isto permite a compreensão de que a recepção também é uma forma de produção, também é cultura. Toda ação humana, desde o momento em que passa a existir, é uma prática cultural.

Nos tempos antigos, pensava-se em uma História da Cultura, que, diferentemente das novas reflexões, era estritamente elitizada. A cultura estava seria restrita a quem possuísse prestígio e se fazia presente em objetos que, para a época, apontavam para a ideia de superioridade. No último século, a noção de “cultura” atravessou este imaginário que a restringia para um campo de imensas possibilidades. A História Cultural, influenciada pelas contribuições advindas das teorias semióticas da cultura, passou a avaliar como “cultura” o processo de comunicação entre os homens, e não apenas a totalidade de bens culturais por eles produzida.

Assim, certas noções passaram a incorporar o que mais habitualmente se acopla à noção de “cultura”, a fim de constituir um universo de abrangência desta

dimensão. São elas: a “linguagem” (comunicação), “representações” e “práticas” (quer sejam práticas culturais discursivas ou não discursivas). Este campo historiográfico que está sendo analisado, embora seja atravessado pela noção de “cultura”, conforme declara Barros (2003), não fala de uma única cultura, mas de uma pluralidade dela. Entende-se cultura como algo plural, múltiplo, complexo.

A História Cultural apresenta inúmeros objetos, haja vista a complexa noção de cultura que permeia a historiografia profissional. São eles: os *objetos*, que já faziam parte dos estudos antigos da historiografia, os quais correspondem ao estudo da arte, da literatura, da ciência, a fim de entender como o homem e a mulher enxergavam a si mesmos. Além desses objetos culturais, os sujeitos, as práticas, os processos e padrões também correspondem aos objetos da História Cultural.

Muito do que se conhece hoje sobre uma nova História da Cultura deve-se às renovações nos modos de ver o conhecimento histórico, trazidas pela Escola de Frankfurt, na Alemanha. Tratava-se de uma tendência do materialismo histórico que propunha uma renovação radical do marxismo, incorporando diálogos com a psicanálise e com as teorias da comunicação, passando a enveredar-se por estudos que iriam privilegiar os diversificados aspectos culturais da vida social. As temáticas exploradas pela escola de Frankfurt ofereceram um tratamento mais diversificado da cultura, sem o qual não seria possível um estudo voltado à História Cultural em seu sentido pleno.

Desde então, esta dimensão da História tem se voltado para o estudo das práticas culturais e de suas representações, ou seja, os modos (práticas) como uma sociedade e seus membros falam, comem, andam, vestem-se, discutem, amam, adoecem, morrem, entre outras ações, e como enxergam tais comportamentos, representando-os. Isto se deve a outro grupo destacado nos estudos de História Cultural, os historiadores franceses, que têm em Roger Chartier e Michel de Certeau dois de seus principais representantes.

Ao compreender este universo de interesse da História Cultural, podemos localizar o estudo das memórias e das identidades como pertencentes a essa dimensão. Isto porque, ao narrar de si para alguém, o indivíduo está produzindo uma prática cultural. Como já mencionado, a comunicação é cultura, tanto no momento de produção quanto de recepção. Nesta perspectiva, pensamos em memórias e identidades como criações durante o processo comunicativo, sendo transmitidas a outros por meio da oralidade.

Mas, o que vem a ser memória? Primeiramente, ela pode ser definida como “a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmití-los (sic) às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.)” (SIMSON, 2000, p. 63). Este conceito pode ser ampliado quando compreendemos o que falava Halbwachs, nos anos 1920-1930, sobre a memória. Pollak destaca que, segundo Halbwachs,

[ela] deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

Com base nesses autores, compreendemos a memória enquanto construção social e individual. As situações e experiências vividas, quando adquirem sentidos e significados para os indivíduos, são retidas por esta faculdade intelectual que chamamos de memória. Trata-se de uma função cognitiva, que os gregos da época clássica entendiam como o meio privilegiado de acesso ao verdadeiro conhecimento. Porém, as memórias particulares dos sujeitos adquirem novas roupagens quando narradas. A oralidade possibilita uma nova construção das lembranças.

As fontes orais com as quais o historiador irá se debruçar foram construídas no momento das entrevistas, adquirindo novos sentidos. Há uma seleção pessoal das lembranças; nem tudo será contado pelo entrevistado e provavelmente nem todas as informações podem corresponder ao que se passou na vida do sujeito. Nesse diapasão, Pollak (1992) ressalta:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. [...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído* (POLLAK, 1992, p. 204. Grifo do autor).

Dessa forma, a oralidade estará construindo as memórias que se tornarão fontes para o historiador. Essas memórias, assim como as fontes escritas, serão

passíveis de leituras várias por seus receptores. A partir daí, analisarmos tal questão sob os olhos da História Cultural.

Outro conceito a ser definido nessa discussão é o de identidade. A partir do período Iluminista da história, o homem – sujeito do Iluminismo que era usualmente descrito como masculino – foi percebido como portador de capacidades que envolviam razão, consciência e ação. Este sujeito apresentava um “centro”, isto é, um núcleo interior que nascia com ele e se desenvolvia ao longo de sua existência, formando o que se convencionou chamar de identidade, ou seja, o centro essencial do eu (HALL, 2006).

O homem tinha uma essência, uma centralidade, estava completo em si mesmo. Era, pois, investido de uma identidade singular. Na modernidade, esta concepção entra em declínio, pois se passou a discutir sobre uma “crise de identidade” para o indivíduo, como mencionado por Stuart Hall. Tal perspectiva abalou a ideia que tínhamos de nós mesmos como seres integrados. Este período da história demonstra que o conceito em vigor é muito mais complexo. A identidade deixa de ser vista como singular para ser compreendida como plural; passa de centralizada para descentralizada.

Uma mudança estrutural passou a transformar as sociedades modernas no final do século XX, “[...] fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006, p. 09). Entendemos as identidades dos sujeitos como múltiplas e não centrais, influenciadas por meios externos a elas. Desta feita, Bauman (2005) afirma:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p. 19).

Bauman (2005) percebe a necessidade humana de obter a “redenção”, ou seja, encontrar-se em pertencimento com os demais. A vida em sociedade exige do homem e da mulher uma postura de assimilação dos requisitos necessários para pertencer a um determinado grupo. Isto mostra que as ações humanas estarão em negociação com tais exigências. A forma de se sentar, comer, vestir, falar e proceder resulta em assimilações para que o indivíduo se encontre como membro da vida em

sociedade. É por isto que enxergamos a identidade humana como construção não apenas do próprio sujeito - quando este narra sobre si mesmo - mas também social.

A partir da oralidade - quando entendida como meio que resultará nas fontes orais – o indivíduo constrói uma identidade para si, buscando adequá-la àquilo que considera moralmente correto. Dito de outro modo, é criada uma imagem de si, para si e para os outros. Imbuído desse pensamento, Pollak (1992) destaca:

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios, de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Dessa forma, os conceitos de memória e identidade estão entrelaçados, sendo a memória “*um elemento constituinte do sentimento de identidade*” (POLLAK, 1992, p. 204. Grifo do autor). Não são fenômenos que devam ser percebidos como essenciais de uma pessoa ou de um grupo, pois são construídos e reconstruídos em situações diversas.

2.1. Reflexões sobre Memória e Identidade

Toda narrativa está carregada de subjetividade e se apresenta ao historiador envolvida por sentimentos e emoções. Albuquerque Júnior (2007), em seu texto *Violar Memórias e Gestar a História: abordagem a uma problemática profunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil*, identifica os diferentes níveis que compõem a memória individual. Estes níveis correspondem ao “nível involuntário” ou reminiscência, em que a “memória individual” é violentada por choques provenientes de signos sensíveis. Dito de outra forma, os signos presentes no contexto em que o indivíduo está inserido o obrigaram a recordar.

No “nível voluntário”, que consiste no trabalho de rememoração feito no presente, o indivíduo deseja lembrar-se de cenas e acontecimentos de seu passado. Este trabalho irá requerer um tempo para a organização dos fragmentos de memórias. Segundo Ecléa Bosi (1994, p. 57) “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e idéias (sic) de hoje, as experiências do passado”· Isto

implica dizer que, no trabalho de rememoração, o passado não se apresenta como tal, mas será reconstruído a partir do lugar que se ocupa no presente.

O “nível perceptivo” é revelado na memória involuntária, haja vista que “os choques dos signos sensíveis evocam a reminiscência ou convocam o trabalho da lembrança” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 203). Sendo assim, ficou na memória aquilo que a consciência apreendeu/percebeu das coisas e pessoas em certo momento. O “nível imaginativo” é capaz de criar novas imagens, desejos, fantasias para “a narrativa de nossas memórias como fatos socialmente ocorridos e sensações realmente vividas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 204). Logo, a imaginação contribui para a formação do cenário. E é justamente este nível o responsável por manter acesa a lembrança na memória, dando legitimidade aos acontecimentos. Além destes, destacamos o “nível afetivo”, que, segundo o autor,

está ligado à forma de sensibilidade social a que está preso o indivíduo. A memória afetiva surge das emoções que depositamos em cada recordação, ela é como o gosto que provém da sensação evocada ou lembrada (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 203).

Embora não se possa reviver o passado, as emoções dos acontecimentos podem adquirir tamanho significado que, no ato da reminiscência, terminam por fluir entre os sujeitos, tornando-se sentidos outra vez. Além de retratar a memória individual e seus diferentes níveis, Albuquerque Júnior (2007) se preocupa em identificar, tendo em vista os seus aspectos teóricos, o que Halbwachs (2003) chamou de “memória coletiva”, a qual “é um campo discursivo e de força em que estas memórias individuais se configuram” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 204), e não apenas uma somatória das “memórias individuais”. O sociólogo Michael Pollack observou “a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade” (POLLAK, 1989, p. 11-12). Desse modo, a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade.

Nessa perspectiva, faz-se importante para o próprio grupo a construção de sua identidade no sentido interno das relações subjetivas de pertencimento, além da transmissão de uma ideia de unidade para os que “são de fora”. Então, tendo como referência as lembranças, uma família ou um grupo, por exemplo, partilham de recordações singulares que são “somente suas”, embora haja pontos de intersecção

com o social, estabelecendo-se uma identidade particular. Nesse sentido, ocorre o anseio de consultar o passado.

É interessante perceber que os acontecimentos da vida em comunidade, ou até mesmo das experiências mais solitárias da vida humana, são sinais exteriores, ou seja, estímulos para o afloramento de lembranças e reminiscências, constituindo o estofo do tempo da memória, seja ela individual, local, comunitária, regional, nacional ou mesmo internacional.

A memória, em sua complexidade e potencialidade, ultrapassa inclusive o tempo de vida individual. Isto significa que histórias de famílias, tradições, crônicas que registram o cotidiano são transferidas de uma a outra geração e contribuem para construir a memória de um tempo que antecedeu a vida de uma pessoa. É nessa dinâmica que as memórias individuais e coletivas se encontram, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Para Halbwachs (2003), a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, haja vista que, na rememoração, não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. Por isso, Albuquerque Júnior (2007) destaca o cuidado que devemos ter tanto ao manipular como ao conceitualizar História e Memória, a fim de não incorrer na armadilha de que a memória contém em si um caráter mais próximo da “verdade”. Ademais, o estudioso alerta para o perigo de que a palavra dita carregue consigo o peso de maior fidedignidade, pois esquecemos que o sujeito que fala não é uno. Sendo assim, é ele próprio o encontro de muitas falas e muitas memórias. E a história, por ser violação, quando trabalha com a oralidade, termina, como sempre, por torná-la escrita.

As memórias orais – e sua respectiva escolha e preservação – adquirem uma maior relevância no atual contexto de pós-modernidade, no qual a emergência de grupos indenitários em larga escala, tem visado à legitimidade perante os órgãos públicos. E assim, tais grupos encontram no uso da História Oral um recurso de difusão de seus interesses. Ela se torna indispensável para a manutenção de práticas, representações, saberes e dizeres de um grupo social.

Ao conferir voz aos indivíduos, a História Oral possibilita compreendermos como determinadas comunidades se inserem em certos ambientes e numa dada realidade. Destarte, são estabelecidos novos significados entre experiência pessoal e transformação histórica e social. Estes grupos se reconhecem enquanto

portadores de identidades. Encontraram em suas comunidades marcos que os legitimam como diferentes dos outros. A forma de falar, cantar, pensar, agir e professar a fé são alguns exemplos.

A tradição oral possibilita reviver o passado, viver o presente e preparar o futuro, tornando-se uma herança sociocultural, traço identitário de uma região ou de um grupo. Fortalece as relações entre as pessoas, criando uma rede de transmissão de conhecimentos e modo de vida. É nesta dinâmica que as palavras se transformam em ações e onde o ato de contar gera a cumplicidade.

As tradições, segundo o senso comum, são entendidas como o elo entre as pessoas do passado e as do presente, algo que vem do passado e mantém uma permanência, conservando-se como uma configuração idêntica à do modelo original. Todavia, esse entendimento de tradição como algo cristalizado no tempo e no espaço faz com que se percam justamente a dinâmica e o sentido de determinada manifestação cultural. Isto porque as manifestações ditas “tradicionalistas” apresentam uma história que inclui mudanças e variações e, ao se manterem no presente, não o fazem da mesma forma que no passado (MACIEL, 2004).

E é nesta perspectiva, e deste vínculo com o passado que se extrai a força para a formulação de um discurso identitário. Cada sujeito utiliza como ponto de referência as lembranças dos outros para poder evocar as experiências do passado que respaldam suas ações no presente. Tais lembranças norteiam seus feitos através de elementos que existem fora dele e que são fixados pela sociedade.

Os discursos que ligam a certas dimensões históricas, sociais, políticas e culturais, assim como a nossa posição frente aos mesmos enquanto sujeitos no mundo, constroem o que chamamos de memória e identidade. Nesse sentido, a memória se constitui enquanto um produto elaborado coletivamente através dos fazeres de indivíduos que interagem, relacionando-se no presente.

Dessa forma, para adquirirem algum sentido, as nossas lembranças devem encontrar respaldo simbólico em quadros de sentidos erigidos coletivamente. São lembranças que terminam modulando-se através dos códigos, regras, normas e valores que perpassam, informam e sustentam a vida coletiva.

Além do que já foi discutido sobre a natureza da memória, outra questão interessante é perceber como Reis (2010), a partir das reflexões de Paul Ricoeur, explica a memória e sua relação com o passado. Segundo o autor, Paul Ricoeur (2000) define memória como pertencente ao passado. Não há memória do presente

ou do futuro; antes, é do passado, sendo marcada pela “anterioridade”, em que há “distância temporal” determinável e “profundidade temporal”. Além disso: “Há memória quando o tempo passa e nos lembramos das impressões deixadas durante a sua passagem” (REIS, 2010, p. 33).

Na medida em que há a busca pela “verdade do passado”, a memória torna-se alvo de abusos, em que “a imaginação delirante impõe uma ‘perigosa verdade’ dogmática, absoluta, fechada à revisão e à crítica” (REIS, 2010, p. 36). Entre estes abusos, Paul Ricoeur (2000) destaca a “memória artificial”¹. Para Reis (2010, p. 36), “a memória é abusada em sua capacidade de reter dados e informações”, ocasionando uma repetição cega das lembranças, sem a preocupação de interpretá-las. Um exemplo desta “memória artificial” é a técnica do behaviorismo, presente, em muitos casos, na relação professor-aluno. O professor manipula a memorização do alunado. Trata-se de um falso uso da memória, um conhecimento sem sentido.

Outro abuso é chamado de “memória impedida”, considerando a presença de uma “memória ferida, doente e traumatizada, onde o acesso à lembrança do fato real está impedido. [...] O presente repete obsessivamente o passado sem saber que o repete” (REIS, 2010, p. 37-38). Uma pessoa que já fora vítima de torturas – sobrevivente de um Regime Militar, por exemplo –, poderá apresentar uma “memória impedida”, cujas lembranças jamais irão refletir o que de fato aconteceu. A memória traumatizada não apontará para novas perspectivas.

Por último, a “memória obrigada”, por sua vez, é manipulada por ideologias que buscam impor a identidade, organizando a memória para, assim, legitimar poderes. A memória torna-se institucionalizada, celebrada e autorizada. Tal foi o caso no século XX, quando o Marxismo, a partir de “configurações narrativas”, promoveu manipulações ideológicas da memória para grandes números de trabalhadores urbanos.

Paul Ricoeur² (apud REIS, 2010) acreditava que a presença de uma memória saudável, ausente de abusos e pressões,

[...] é confiável e oferece a verdade e, para realizar este seu fim, seria até melhor que se aproximasse e dialogasse com a imaginação. Uma memória-imaginação produz ‘reconhecimento’, isto é, sabemos que atingimos algo que se passou, que nos implica como

² Ricoeur (apud REIS, 2010), ao discutir sobre a vulnerabilidade, ressalta os abusos que caracterizam sua dimensão pragmática.

agentes, pacientes ou testemunhos. A memória busca a verdade e pode atingi-la. O uso adequado da memória-imaginação é a busca da verdade do passado (REIS, 2010, p.35-36).

A partir deste entendimento de Paul Ricoeur, compreendemos que seria possível a obtenção da veracidade dos fatos a partir da narrativa oral de uma memória “saudável”. Porém, não há memória que não tenha sofrido abusos, ou então que não tenha sido pressionada pela coletividade de pessoas e circunstâncias à sua volta. Isto implica dizer que as lembranças são ausentes, pois se referem a experiências anteriores, e a sua presença se dá apenas sob o modo da “representação”, dificultando, assim, a prova da verdade do passado por meio da narrativa oral.

Acreditamos que cada relato sobre o passado corresponde a um olhar lançado sobre o momento lembrado. Este olhar é subjetivo, intencional, dinâmico e parte sempre do tempo presente. As lembranças de um fato em que o indivíduo foi posto numa situação de vítima, por exemplo, de forma tendenciosa virão entrelaçadas com os sentimentos de ira, furor e indignação. Trata-se de uma “memória impedida”. Este sujeito na visão nietzschiana apresenta uma memória ressentida, o que o torna o “homem do ressentimento”, e os seus discursos sobre o passado serão descritos com uma carga de indignação, não descrevendo o que de fato aconteceu.

Com base nestas reflexões sobre a construção da memória e da identidade, e compreendendo o papel da oralidade nesta construção, podemos discutir acerca da oralidade na pesquisa em história e as suas contribuições para o campo historiográfico atual.

3. A ORALIDADE NA PESQUISA EM HISTÓRIA

Neste item, será traçado um panorama histórico a respeito do lugar assumido pela oralidade nos diferentes regimes de historicidade, compreendendo também as contribuições que a História Oral trouxe para a sociedade contemporânea ocidental, assim como para o campo historiográfico.

Ao voltar os nossos olhos para a Antiguidade, perceberemos que a narrativa era a maneira pela qual se transmitia o conhecimento histórico. Os historiadores preocupavam-se quanto à forma de construir a narrativa, pois dela dependia o

sucesso do texto, uma vez que ela deveria estar apta a prender a atenção dos ouvintes para que o conhecimento passado lhe fosse impregnado na memória.

A historiografia, como um gênero narrativo, requeria um auditório que era apenas espectador, cuja atenção seria dominada pelo que era contado. E assim, o texto do historiador devia mostrar, fazer aparecer cenas, utilizar artifícios retóricos que levassem os ouvintes a formular na memória os acontecimentos de sua época. Ele teria de ser capaz de convencer o auditório da veracidade dos relatos. É neste sentido que a qualidade da historiografia produzida iria depender da qualidade oratória do texto.

Por meio da oralidade, a história ensinava valores e veiculava virtudes. Ela não necessitava de instrumentos de prova ou fontes de informação para ser legitimada, pois os próprios discursos e pronunciamentos dos partícipes dos eventos que faziam parte da encenação histórica garantiam-lhe veracidade. O historiador Albuquerque Júnior (2009), referindo-se ao passado neste antigo regime de historicidade, menciona que “O passado não é um objeto externo e distinto da narrativa, como será para os modernos. Ele se materializa, se realiza na narrativa, vem à cena na narrativa, se encena no texto, enfim, ele é o texto” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 228).

No século XIX, a história perderá o seu caráter literário, assim como as preocupações com sua dimensão retórica, oratória, narrativa, artística e poética, além de proporcionar um conhecimento voltado à ciência, com regras e métodos estritos. Neste novo período da historiografia, as fontes do historiador serão, sobretudo, os documentos escritos e oficiais de eventos políticos. Sua função seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa. É justamente neste momento que a noção de fonte histórica se estabelece.

A análise do documento, a crítica documental seria a base do chamado método heurístico que propiciaria ao historiador estabelecer a autenticidade, a veracidade, a temporalidade e a autoria do documento, que estaria, após essa análise rigorosa, legitimado para fornecer informações sobre o passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.231).

No moderno regime de historicidade, não havia espaço para a oralidade como fonte da história. As memórias dos indivíduos e das comunidades foram desprezadas pela historiografia moderna. Não haveria outro caminho para a “verdade” da história que não fosse por meio de documentos escritos, encurtando-se o campo de atuação desta ciência.

Posteriormente, a Escola dos Annales e o materialismo histórico marxista – correntes historiográficas hegemônicas durante grande parte do século passado – levantaram críticas acerca dos pressupostos prevalentes no campo historiográfico no século XIX. A Escola dos Annales ampliou a noção de documento, mostrando que todo texto, seja ele oficial ou não, é uma elaboração do historiador. É ele que seleciona o que pode ou não ser documento. O Marxismo, por sua vez, chamou a atenção para o caráter ideológico dos discursos dos documentos, buscando-se pensar os seus interesses sociais, econômicos, políticos e de classe.

A História, no século XX, deixara de enxergar os discursos dos documentos/monumentos como algo que traz em si o passado, para serem pensados a partir de seu lugar de produção. E é assim que o discurso se torna percebido em sua relação de coexistência com outros discursos, compartilhando enunciados, conceitos, objetivos e estratégias. No que diz respeito à “verdade” original da História - tão cara à Escola Metódica - será entendida como um conjunto de verdades em que cada uma parte de um lugar social e de um momento histórico.

No século passado, novos conceitos, discursos e técnicas de pesquisa foram sendo incorporados à História. Atualmente, percebemos alterações em sua escrita, derivadas, sobretudo, da crise dos grandes paradigmas: Marxismo e Estruturalismo; do desprestígio da outrora consagrada história quantitativa/serial, além das reações contra conceitos totalizantes, como “classe” e “mentalidades”. Isto resulta no interesse pelos “excluídos” e pelas margens da história (ALBERTI, 2005).

Percebe-se, desde o início do século XX, o interesse entre americanos e europeus em registrar depoimentos de indivíduos que vivenciaram acontecimentos que marcaram o passado. Sendo assim, diversas experiências com este método de pesquisa, os quais hoje chamamos de História Oral, foram realizadas. Tais experiências foram classificadas pelo historiador francês Philippe Joutard como a “primeira geração” da História Oral. Além disso, considera-se o ano de 1948 o início da História Oral “moderna”, ano em que foi inventado o gravador a fita (ALBERTI, 2005).

O aperfeiçoamento do gravador portátil em 1960 contribuiu para o despertar de pesquisadores em relação às minorias sociológicas, rompendo assim com a linha de pesquisa da *Columbia History Office*, uma vez que se dedicava ao estudo das elites. Dessa forma, “identificavam na nova metodologia uma solução para ‘dar voz’ às minorias e possibilitar a existência de uma História ‘vinda de baixo’” (ALBERTI, 2005, p. 157).

Com base nessa concepção, foi possível a busca por **memórias subterrâneas** ou **marginais**, que correspondiam aos depoimentos dos grupos “dominados” de uma dada sociedade. Como resultado, as memórias desses grupos passaram a fazer parte da memória coletiva nacional.

Ao privilegiar a análise (sic) dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional. [...] ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional (POLLAK, 1989, p. 04).

Neste momento, entre as décadas de 1960 e 1970, Alberti (2005) menciona que a História Oral era conhecida como “militante³” e, posteriormente, entre as décadas de 1980 e 1990 passou a ser inserida em currículos, tornando-se “acadêmica”. A História Oral militante apresentava em suas práticas e crenças alguns equívocos; entre eles, o fato de considerar os relatos/depoimentos como fontes devidamente verdadeiras e que traziam em si a “História”, “[...] levando à ilusão de se chegar à ‘verdade do povo’ graças ao levantamento do testemunho oral” (ALBERTI, 2005, p. 158). Além deste exemplo, considerava-se a História Oral uma “compensação” para a incapacidade daqueles grupos que não poderiam escrever sobre si mesmos. Na medida em que a História Oral tornou-se acadêmica, houve modificações nas convicções em torno do que seria próprio da história. Com isto,

o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social (ALBERTI, 2005, p. 163).

³ “Militante” é um termo utilizado pela historiadora Verena Alberti em seu texto *Histórias dentro de História* (2005) para se referir aos primeiros passos da História Oral, quando ela ainda não havia se consolidado no meio acadêmico.

É importante observar que qualquer depoimento, seja ele oral ou escrito, está envolvido em “relações de poder e saber”, tal como afirma Foucault (1979), e carrega consigo uma “dominância subjetiva”. Esta, por sua vez, foi enfatizada pela psicanálise, que ajudou os historiadores a compreender melhor a relação entre sujeito-objeto, reconhecendo que, por trás de um discurso historiográfico, sempre há um sujeito que o produz. Logo, o testemunho deve ser alvo de análise, questionamento, discussão e interpretação, porquanto ele jamais dará conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado.

Vale salientar ainda a contribuição que a História Oral trouxe para a sociedade contemporânea ocidental. Ela contribuiu para a criação de instituições especializadas em coletar, selecionar, organizar, guardar e divulgar a memória de grupos sociais ou da sociedade em geral. A contemporaneidade é marcada, entre outras coisas, por ter produzido “sociedades do esquecimento”. Pessoas e coisas passam a perder o valor rapidamente, à medida que são substituídas por algo mais interessante. Vivem o presente, como se não houvesse passado (SIMSON, 2000).

Os homens e mulheres da atualidade são bombardeados com o ritmo acelerado do trabalho urbano, em parceria com a rapidez e a facilidade dos meios de comunicação. Tal conjuntura os tem colocado frente a uma quantidade avassaladora de informações, fazendo com que as absorvam sem maiores cuidados seletivos. Isto contribui para a perda de uma das mais importantes funções da memória humana, isto é, a sua capacidade seletiva. As pessoas não conseguem mais separar o que deve ser preservado como lembrança importante daquilo que pode ser descartado. E assim, fazem parte do que os profissionais da informação chamaram de “sociedades do esquecimento”.

A história oral buscará fazer frente a esta sociedade por meio da valorização da oralidade e das memórias subterrâneas ou marginais. Memórias que, segundo os grupos dominantes, deveriam estar soterradas, mas que começaram a despontar neste novo rumo da historiografia. Esse panorama mostra para as pessoas que, direta ou indiretamente, estão envolvidas neste trabalho com a memória, o que é realmente a documentação histórica – textos, imagens fotográficas, lugares, músicas, objetos, sabores, cheiros etc. –, para compreenderem o valor do documento na vida local, a fim de recuperá-lo e conservá-lo.

As instituições-memória⁴ se encarregam da produção racional e organizada de memórias que, até então, estavam perdidas para a historiografia. São memórias guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais “dominados” e que perpassam gerações, caracterizadas por relatos, quadras poéticas, músicas, entre outros signos da comunidade. As memórias individuais das pessoas estão atreladas à memória coletiva do grupo, contribuindo, assim, para a formação de identidades grupais. A memória passa a construir identidades, tornando-se uma fonte histórica, alvo de pesquisa e análise do historiador que escolher trabalhar com esta metodologia de pesquisa em história.

O campo de pesquisa da História Oral abriu as portas para profissionais interessados em questões sociais e subjetivas, como historiadores, sociólogos e antropólogos. Destarte, o historiador que optar por esta metodologia irá debruçar-se sobre os depoimentos, sobre histórias de vida. Estas memórias, por sua vez, devidamente registradas, tornar-se-ão fontes, podendo ser utilizadas em pesquisas posteriores, contribuindo, dessa forma, para a construção de um saber que sempre estará em construção, pois, conforme afirma Paul Veyne: “quanto mais se alarga a nossos olhos, o horizonte factual, mais ele parece indefinido” (VEYNE, 1998, p. 31).

Dessa forma, pode-se afirmar que as fontes do historiador que desejar trabalhar com esta metodologia serão, sobretudo, as memórias. Contudo, poderíamos nos perguntar: como esses relatos se apresentam ao historiador, ou seria possível extrair dessas memórias a “verdade” do passado?

“A preocupação atual é com o verossímil, com o que nos parece poder ser verdadeiro, o que é possível ou provável” (BORGES, 2005, p. 217. Grifo do autor). Nesta perspectiva, o historiador-pesquisador, ao debruçar-se sobre os depoimentos referentes a fatos marcantes em um dado período de tempo, não buscará alcançar a veracidade destes fatos, mas as várias versões sobre ele. Da mesma forma, ao entrevistar um idoso sobre seu percurso de vida, ressaltando os momentos de alegrias e tristezas, espera que ele esteja fazendo uso da verdade de seu passado; no entanto, sabe que a memória está carregada de recortes, seleções.

A oralidade permite a reconstrução de comportamentos e sensibilidades de uma época, que até então estavam encobertos e subentendidos. O historiador, durante as entrevistas, poderá, junto com os entrevistados, reviver momentos

⁴ Compreendemos como instituições-memória os locais destinados à organização, seleção e manutenção das entrevistas orais.

significativos que produzem imagens e sentimentos do tempo. As fontes orais permitem, de uma forma organizada, o conhecimento e compreensão de valores sociais, religiosos e educacionais, normas, comportamentos veiculados por esta oralidade.

Em sua tese de 1994, *A invenção da memória*, Israel Rosenfield⁵ rompe com a visão mais tradicional de que haveria lembranças permanentes e traços fixos na memória, e afirma que ela não é necessariamente uma espécie de reedição do passado, mas é moldada pelo presente e pelas necessidades futuras. O autor destaca que o cérebro cria categorias de estímulos, apoiando-se, por um lado, na experiência passada e, por outro, nas necessidades e nos desejos atuais, constituindo, dessa forma, o *princípio da percepção e da reconstituição*.

Nesta perspectiva, pensamentos, sentimentos e experiências diferem radicalmente de uma pessoa para outra, e tais variações não podem ser explicadas por processos tão imutáveis quanto o processamento de dados. Além disso, Rosenfield acredita na importância do sistema límbico – isto é, dos fatores emocionais – como fundamentais para a formação da memória e do reconhecimento. Desta feita,

a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (ROCHA, 2012, p. 03).

O filósofo francês Paul Ricoeur passou a discutir nos anos 1950 acerca da possibilidade de obtenção da verdade pela história. Ele ofereceu aos historiadores em sua obra *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 1994) uma importante discussão sobre a narrativa em história, ao transformar a narrativa no modo privilegiado, temporal e lógico de organização e humanização do tempo. Ricoeur (1994) acredita que a narrativa é uma espécie de reconfiguração das ações humanas e uma imitação criadora das experiências temporais, em que temporalidade e narratividade organizam-se reciprocamente.

É nesse sentido que o ato de narrar tem um papel fundamental na produção da memória, uma vez que as narrativas ordenam e dão inteligibilidade ao mundo

⁵ Rosenfield, citado por Horta (2005), em *A memória, o que é, como funciona?*

vivido. Estes relatos orais de memória são passíveis de leituras várias, pois não há memória nem percepção pura, sendo reelaborado e ressignificado no presente aquilo que se apresenta aos sentidos. Isto quer dizer que o valor da percepção depende da importância que o elemento tem para o sujeito.

Nesse patamar, a linguagem assume posição central, pois oferece ao indivíduo os meios de exteriorizar sua memória, tornando-a acessível a outros indivíduos sob a forma de uma narração em voz alta, o que possibilita à memória ser contada aos outros e ouvi-la contada pelos outros. É interessante perceber que

o caráter instituinte da linguagem e do imaginário coletivo acaba por converter a memória do passado em narrativas históricas, marcando o presente e projetando o futuro dos chamados grandes males da história da humanidade (TRONCA, 2004, p. 127).

Desse modo, a oralidade dos diversos sujeitos constrói para o historiador o seu material de pesquisa, isto é, as memórias. Tal como a história, a memória é também uma construção e reconstrução do passado, estando pautada em emoções e vivências. Ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por saber que as discussões voltadas à oralidade são recentes nas pesquisas em história, e que partem da dimensão da História Cultural, o presente artigo dedicou-se a pensar de que maneira a produção do conhecimento histórico, a partir das fontes orais, pode ser caracterizado. Para tanto, compreendeu-se que a oralidade não é o resultado ou meio pelo qual as memórias e identidades são simplesmente transmitidas. Pensou-se na oralidade como responsável pela construção dessas memórias e identidades que se apresentam ao pesquisador - de acordo com as concepções de mundo dos sujeitos.

A História Oral como método de pesquisa possibilitou o aumento de fontes para o estudo da história em suas diversas dimensões e abordagens. Ao passo que qualquer fonte histórica, seja ela escrita ou oral, é alvo de críticas e análises, tornou-se notável que a narrativa oral não é neutra e inocente, antes é intencional. As

memórias se apresentam ao historiador envolvidas por uma rede de sentimentos e emoções e, portanto, cabe a ele considerar os depoimentos orais como versões de um tempo passado, tratando-os como objetos e buscando identificar os efeitos de verdade, realidade, sentidos e significados que tentam produzir.

Entendemos, com esta pesquisa, que o movimento contemporâneo em torno da valorização de referenciais mnemônicos e identitários exibe-se através de uma multiplicidade de fatores sociopolíticos e culturais. Ademais, a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a identidade e a história puderam oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado. Sendo assim, qualquer vestígio se “transforma” em fonte de pesquisa histórica pela vontade do historiador.

ABSTRACT

This article analyzes memories construction and identities from orality. It argues that both memories as identities are plural and they are constantly being prepared, built and rebuilt. The proposal is to understand that oral narratives, even though they are framed as historical sources, forge memories and identities which are not solid/crystallized, although they reveal a mutable character, which differentiate them from written sources. This article general objective is to reflect on orality in historical research combined with memories and identities discussions. In this research, we have considered concepts such as memory, identity and speaking skills. Because of authors such as Halbwachs (2003), Pollak (1992) and Reis (2010), it was possible to understand about memory and its relationship to history. Bauman (2005), Rocha (2012), Hall (2006), among others, have contributed to a reflection on plural identities. Ricoeur (1994), Borges (2005) and Alberti (2005) brought understandings aimed at oral narrative. As a result, we have conducted a bibliographic research. The present article will put in perspective how one can discuss orality as memory and identity construction in historiography, as well as Oral History contributions to think about the subjects and their identities.

KEYWORDS: Orality. Memory. Identity.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro de História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-189.

ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática profunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol. 11, n. 1/2, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203- 224.

BOSI, Ecléa. **Memória & Sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A diversidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A memória, o que é, como funciona? In: **Memória, patrimônio e identidade**. (PGM 1 – A MEMÓRIA). Ministério da Educação. Salto para o futuro – TV Escola. Boletim 04, Abril, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

REIS, José Carlos. A “dialética do reconhecimento” em Paul Ricoeur: memória, história e esquecimento, In: **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo 1)**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MG, 18, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2012. 1 CD-ROM.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

TRONCA, Italo. Foucault, a doença e a linguagem delirante da memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

VEYNE, Paul. Tudo é histórico, logo, a história não existe. In: **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a escrita da história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.